

CVM

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

FATOS & CRÍTICA 18

A análise de conjuntura do CVM

Ano IV, 20-09-2018



**Faca, fuzis e a resposta dos
trabalhadores no presente cenário
eleitoral**

<http://centrovictormeyer.org.br/>

Faca, fuzis e a resposta dos trabalhadores no presente cenário eleitoral

A faca que feriu o candidato da extrema-direita Bolsonaro, provocou consequências políticas. Excluindo-se o próprio esfaqueado, a primeira vítima do mal esclarecido incidente foi a propaganda eleitoral do candidato favorito da burguesia e membro da Opus Dei, Geraldo Alckmin, que tinha como alvo de suas críticas a retórica violenta do militar. Tendo que arquivar essa propaganda e centrar o discurso nas suas realizações como administrador, o político do PSDB vem assistindo à desidratação da sua candidatura nas pesquisas eleitorais, apesar do enorme tempo que tem na propaganda gratuita na televisão.

Outros candidatos puros-sangues da burguesia, como João Amoêdo (ex-vice-presidente do Unibanco), Henrique Meirelles (ex-presidente do Bank Boston) e Álvaro Dias, jamais decolaram na campanha, pois o seu discurso liberal não atrai mais do que uma pequena faixa do eleitorado, aquela situada no ápice da pirâmide social, enquanto o discurso raivoso

antipetista e antiesquerdista já tem um dono inequívoco: o militar que sofreu o atentado. A proposta de resolver os problemas do país a bala continua sendo a principal bandeira do capitão e, para não deixar margens para dúvidas, deixou-se fotografar no leito do hospital simulando o porte de um fuzil, colocando em risco uma eventual simpatia que o atentado pudesse ter-lhe produzido junto ao público em geral.

O capitão-candidato tem como companheiro de chapa um general reformado que também tem ideias racistas, admira torturador da época da ditadura e defende abertamente um golpe militar em caso de necessidade, a critério das Forças Armadas. O General Mourão, presidente do Clube Militar, aventa também a possibilidade de um “autogolpe”, quando é o próprio presidente eleito que executa a medida, sinalizando para uma das possibilidades que teria um governo liderado por Bolsonaro, em caso de dificuldades institucionais.

Agindo com desenvoltura após o atentado, o que vem preocupando até o líder da chapa, que vê a sua liderança ameaçada, o general vem expondo abertamente o que passa por sua cabeça – e certamente pela de outros militares – chegando mesmo a propor uma nova Constituição, elaborada por não eleitos, que seria a consequência natural de um golpe militar.

As ameaças não se restringem, entretanto, aos desdobramentos de um eventual governo Bolsonaro. O capitão já exercita desde agora um discurso de denúncia de fraude eleitoral, pela utilização do voto eletrônico que, no seu entender, seria passível de manipulação. Rosa Weber, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral rebateu a crítica e o Ministro Dias Toffoli a ridicularizou, mas o capitão já pavimentou o seu caminho, em caso de derrota eleitoral.

E como se isso não bastasse, a faca que feriu o candidato produziu também manifestações ainda mais preocupantes, pois provêm de um militar na ativa, mais precisamente do atual Comandante do Exército, o General Villas Bôas, que externou suas preocupações com a ingovernabilidade que afetaria o próximo Presidente e com a legitimidade das eleições após o atentado, por afastar da campanha um dos candidatos favoritos. Também se achou na obrigação de criticar a decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU sobre a candidatura de Lula, caracterizando-a como uma “invasão da soberania nacional”.

O crescimento das preferências eleitorais pelo candidato da extrema-direita tem sua origem no descontentamento de amplos setores da pequena-burguesia com a crise econômica que se instalou no país após 2014, atribuída por eles aos governos petistas. Formada em grande parte por pequenos empresários, altos assalariados, profissionais liberais e autônomos, entre os quais se situam os caminhoneiros que produziram a recente paralisação, essa parte da pequena-burguesia partilha das ideias burguesas de superação da crise à custa do proletariado, ou seja, pela redução drástica de direitos trabalhistas e previdenciários. Que isso seja feito à força, inclusive, não lhes parece um problema, pois chegam a advogar abertamente uma intervenção militar. As manifestações xenófobas contra os venezuelanos em Roraima também são uma expressão do comportamento ao estilo fascista dessas camadas sociais.

A atual polarização eleitoral entre a extrema-direita e a centro-esquerda, deixando pouco espaço para centristas como Marina Silva e direitistas clássicos como Alckmin, deriva do fato de que não existe espaço econômico atualmente para uma política de conciliação de classes, nos moldes da que foi praticada nos governos de Lula e no primeiro mandato de Dilma.

A burguesia sabe disso, mas seus candidatos preferenciais (Alckmin, Meirelles, Álvaro Dias e João Amoêdo) foram esvaziados pela retórica antipetista agressiva de Bolsonaro. Além disso, Meirelles e Alckmin estão apoiados por partidos envolvidos em escândalos de corrupção até às raízes dos cabelos, o que desagrada à pequena-burguesia, ajudando a atraí-la para a extrema-direita.

Para a burguesia, não podendo contar com a vitória dos seus candidatos orgânicos, só lhe resta apoiar Bolsonaro, embora isso implique em risco de perda de sua dominação direta sobre o Estado, no caso de um golpe militar ou de um “autogolpe”. A presença de um representante do mercado financeiro na chapa, Paulo Guedes, não é uma garantia suficiente de que as políticas liberais, como as privatizações, serão implantadas na íntegra, considerando a trajetória errática do capitão nas votações de que participou enquanto deputado.

Após sua indicação como substituto de Lula como candidato do PT, Fernando Haddad vem experimentando um grande crescimento nas intenções de voto, de tal forma que as candidaturas de centro (Ciro Gomes e Marina Silva) estagnaram ou se esvaziam gradativamente, tudo levando a crer que o confronto final, desenhado para o segundo turno, será entre ele e Bolsonaro, com virtual empate das intenções de voto no segundo turno, conforme indicam as últimas pesquisas.

A possibilidade real de vencer as eleições com o apoio de Lula, já está induzindo Haddad a se aproximar do centro político e a sinalizar para o mercado financeiro com a indicação de economistas neoliberais, como Marcos Lisboa, para o Ministério da Fazenda. Isso indica uma repetição da situação vivida nas eleições de 2014, quando Dilma fez uma campanha com retórica à esquerda, mas, ao assumir o governo, não teve

vergonha em nomear Joaquim Levy, representante do mercado financeiro, para Ministro da Fazenda. Também repete a situação que produziu a famosa “Carta aos Brasileiros”, em 2002, quando Lula prometeu a manutenção das linhas mestras da política econômica de Fernando Henrique Cardoso.

Porém, se a burguesia não tem confiança total em Bolsonaro, tem muito menos em Haddad, que a faz lembrar a “nova matriz macroeconômica”, política nacional-desenvolvimentista de caráter anticíclico, implantada por Guido Mantega. Não lhe agradam também reformas antissociais e privatizações realizadas a conta-gotas, submetidas a longas e demoradas negociações com entidades sindicais. A burguesia tem pressa e não foi por outra razão que apoiou a retirada de Dilma do poder e a sua entrega a Temer, apesar de este possuir um extenso currículo de práticas corruptas.

A burguesia deseja retomar as suas taxas de lucros e, em consequência, o crescimento econômico, com a aprovação da reforma previdenciária, a manutenção da reforma trabalhista, o corte de gastos sociais e o saque das propriedades públicas, por meio das privatizações. Uma volta do PT ao poder, mesmo com alguém de confiança do mercado financeiro conduzindo a economia, significaria para ela um retrocesso ao início do governo Dilma.

Para a pequena-burguesia, que atribui ao petismo a origem de todas as suas mazelas econômicas, seria intolerável a posse de um novo governo do PT. Essa situação poderia ensejar ações questionando a legitimidade de Haddad para assumir a Presidência, no âmbito judicial. Uma ação de improbidade administrativa contra ele foi proposta recentemente pelo Ministério Público de São Paulo e poderia ser o mote para impedir a sua posse, em caso de vitória, pois o STF já decidiu

anteriormente que alguém na condição de réu não poderia assumir a Presidência da República.

Ou seja, em caso de vitória de Haddad, os ingredientes para um golpe judicial ou militar não estão fora do cenário político. Já uma vitória de Bolsonaro traria consigo a possibilidade de um “autogolpe”, em caso de falta de apoio no Congresso.

As duas possibilidades apontam para crises institucionais com desfechos imprevisíveis.

O antipetismo fomentado pela mídia burguesa para retirar Dilma do poder foi o terreno fértil no qual cresceu Bolsonaro. Agora, a extrema-direita adquiriu vida própria e passou a ser uma força política relevante no país, que se manterá ativa mesmo depois do desfecho das eleições.

Para o proletariado, os cenários que se abrem não poderiam ser piores. A escolha eleitoral estará entre um fascista que não hesitará em usar a força bruta contra os trabalhadores e um candidato de centro-esquerda com toda a tendência a se compor mais à frente com a burguesia, abrindo mão da defesa dos seus direitos sociais.

Para enfrentar a investida da extrema-direita ou um possível golpe militar, em função da radicalização política, Haddad não é uma opção com que se possa contar. Não será com conciliação e uma política de “paz e amor” que essas ameaças serão combatidas. Será necessário que os trabalhadores se defendam com a sua organização e com o instrumento mais poderoso que possuem, mas já não utilizam há muito tempo, como a greve geral.

O recente movimento espontâneo das mulheres contra Bolsonaro, que em pouco tempo congregou mais de dois

milhões de participantes, mostra que em conjunturas políticas radicalizadas, avanços que necessitariam décadas são realizados em poucos dias. Atrasos no processo de organização independente dos trabalhadores podem ser recuperados de forma mais acelerada nas conjunturas de crise.

Lutar contra a reforma previdenciária, a reforma trabalhista, a lei das terceirizações e o monopólio burguês dos meios de comunicação são as questões centrais que pautam a ação dos trabalhadores nos dias de hoje. É em torno dessas bandeiras que a greve geral dos trabalhadores deve ser organizada para deter as investidas da extrema-direita e as ameaças de golpe que se apresentam no horizonte.

CVM 20/09/2018